

12 a 14 de novembro de 2007

**INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS DO MERCOSUL:
UM ESTUDO SOB A ÉGIDE DA ECONOMIA POLITICA INTERNACIONAL**

¹Pedro Paulo Lima Vasconcelos

²Paulo Renato Lessa Pinto (Orientador)

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo analisar as disparidades sócio-econômicas dos membros plenos do Mercosul, considerando o objetivo de sua criação, uma opção realista em relação às suas respectivas inserções internacionais. A relevância do trabalho reside na análise dos dados sócio-econômicos, juntamente com as articulações políticas que acontecem concomitantemente. Levando, assim, a concluir acerca das relações entre mercado (economia) e Estado (política) no Mercosul e suas implicações para o futuro.

Palavras-chaves: Economia Política Internacional, Mercosul, Indicadores sócio-econômicos, Integração.

ABSTRACT

This article aims to analyze the socioeconomic differences among the full members of the Mercosul, being considered the objective of its creation, a realistic option in relation to its respective international insertions. The relevance of the work inhabits in the analysis of the socioeconomic data, with the joints politics that happen concomitantly. Leading, thus, to conclude about the relationship between market (economy) and State (politics) in the Mercosul and its implications for the future.

Key Words: International Politics Economics, Mercosul, Socioeconomics Indicators, Integration.

1. Introdução

A globalização da economia a partir de meados do século XX com as tentativas de integração da AL e Europa têm levado os Estados a adotarem acordos multilaterais de comércio ocasionando diversos processos de integração. De acordo com More

¹ Pós-graduando em Comércio Exterior e Gestão Portuária - Especialização. Fundação Universidade Federal do Rio Grande – FURG

² Doutor em Ciências Econômicas e Empresariais (Universidad Complutense de Madrid - UCM), Professor do Departamento de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis – FURG e pesquisador do Centro de Estudos em Economia e Meio Ambiente: www.ceema.furg.br

I SIMPÓSIO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS SAN TIAGO DANTAS (UNESP, UNICAMP e PUC-SP)

12 a 14 de novembro de 2007

(2002, p. 8) a nova ordem mundial exige a diminuição das disparidades econômicas e o aumento da eficiência econômica do Estado e da reestruturação da indústria, o que está levando à formação de blocos regionais segmentando a economia mundial através da concorrência entre estes, e não mais entre nações (Figueiras 1992, p.9).

O termo "integração" tornou-se uma grande ferramenta em termos de política econômica internacional e de direito internacional público, como mostram os avanços políticos, econômicos e sociais da União Européia, através do livre comércio e aproximação dos fatores integrados a meios culturais diferentes. Após a segunda guerra o modo de produção capitalista se expandiu de forma vertiginosa em todo o globo. Esse fenômeno conhecido como globalização mudou profundamente a economia mundial, afetando principalmente o comportamento do mercado e as relações entre os Estados. Segundo More (2002, p.12) a globalização se caracteriza pelo crescimento da atividade econômica para além das fronteiras em proporções mundiais, ou seja, através do livre comércio o modo de produção capitalista carimba seu passaporte para transitar livremente pelas fronteiras do globo, a economia de mercado. Existem hoje muitos acordos de comércio (entre áreas de livre comércio e uniões aduaneiras) envolvendo cerca de 150 países, segundo dados da OMC, o que faz da Economia de Mercado um dos principais vetores das relações internacionais, através da interação entre estado e mercado.

Após a segunda guerra o mundo vivia o problema geopolítico da guerra fria, evidenciando os choques entre o regime Socialista Soviético e Capitalista protagonizado pelos EUA, o conflito Leste-Oeste que enfatiza Adrian Wood (1994, apud Bêrni). O capitalismo tentava expandir sua força através da internacionalização dos mercados e das técnicas de produção causando uma interdependência entre os Estados e mais ainda, uma grande dependência da potência norte-americana. O fato é que enquanto o mundo focava os holofotes na guerra fria, um problema ainda maior acabou se formando, uma divisão entre um Norte rico e um Sul pobre, que evidencia a violência e a miséria que afeta o mundo capitalista, e veio à tona com o fim da guerra fria e o colapso do sistema socialista. Paralelamente a esta conjuntura, os países europeus marcados pelo caos resultante da segunda guerra, emergiam de forma consistente através de acordos comerciais setoriais que evoluíram rapidamente e favoreceram a criação de instituições de grande força em nível global, fortalecendo a criação da União Européia em 1992 com Tratado de Maastricht, logo após o fim da guerra fria.

I SIMPÓSIO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS SAN TIAGO DANTAS (UNESP, UNICAMP e PUC-SP)

12 a 14 de novembro de 2007

No âmbito latino-americano, também houve inúmeros acordos comerciais entre os Estados, mas no sentido de proteger suas economias em detrimento de acompanhar o crescimento econômico mundial. Na América Latina esse período foi marcado pelos governos ditatoriais e protecionistas, além de uma forte dependência dos EUA, afetando profundamente o desenvolvimento industrial dos Estados (o que, no caso da UE, foi fator primordial no seu sucesso) e o endividamento externo o qual prejudicou as economias que não acompanharam os processos de abertura econômica mundial (a exceção do Chile, que apesar de um governo ditador teve uma política externa mais aberta).

Durante as décadas de 1960 e 1980 diversos acordos comerciais foram implementados no terreno latino-americano, mas o primeiro bloco regional só surgiria na década de 1990 com a integração de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, com o objetivo de promover a abertura de suas economias de maneira competitiva no cenário mundial. Dentre os vários processos de integração iniciados, poucos têm logrado êxito em seus âmbitos. O caso do Mercosul, que apesar das muitas dificuldades enfrentadas pelos países-membros (como a crise cambial recente na Argentina) vem mostrando força em continuar realizando negociações, rumo ao desejado mercado comum, no entanto More (2002) ressalta que a formação de blocos regionais (como Mercosul) também é fruto dos reflexos do capitalismo globalizado, ou seja, uma imposição da concorrência mundial, acrescentando aí o sucesso da UE.

Diferentemente da UE o problema da integração no Cone sul não se situa (inicialmente) no terreno da instabilidade diplomática e da insegurança, mas sim nas assimetrias entre os membros, já que a nova ordem econômica mundial exige a eliminação gradativa das diferenças econômico-sociais entre Estados para a viabilização dos diversos graus de integração econômica (More 2002, p.8). Mas diversos fatores políticos e econômicos têm afetado o andamento dessa discussão. Este é o foco e objetivo principal deste trabalho: analisar, através da Economia Política Internacional, como têm se dado as relações entre Estado e mercado no Mercosul, no sentido de resolver tais assimetrias, buscando explicar questões como: os fluxos de comércio intra e extra bloco estão propiciando um crescimento à economia dos sócios? A integração, através do livre comércio, tem contribuído para redução das assimetrias entre os países? Quanto ao âmbito social o acordo tem trazido prosperidade e

12 a 14 de novembro de 2007

desenvolvimento à população do bloco? Como esses aspectos econômicos afetam às relações entre os países membros?

É importante ressaltar que o estudo concentra sua análise nos dados econômicos e sociais para, assim, analisar as articulações políticas dos Estados em torno da economia, sem levar em consideração aspectos culturais, ideológicos, religiosos..., também importantes para análise de um processo de integração regional. Isso explica-se porque o processo de integração no cone sul se dá com o objetivo de reformas dos Estados (em detrimento ao sistema protecionista de substituição de importações vigentes nos anos anteriores) visando criar uma opção realista no que concerne às suas respectivas inserções internacionais (Medeiros, 2002).

Para tanto, o trabalho apresenta a seguinte estrutura: após essa introdução, faz-se uma breve e objetiva abordagem teórica da Economia Política Internacional - EPI, seguindo-se de uma apresentação dos dados sócio-econômicos dos membros do Mercosul, para um melhor entendimento dos números, comentam-se os dados, atrelando-os à realidade política do bloco. Por fim, apresenta-se uma conclusão do estudo.

A relevância da pesquisa reside no destaque do ponto de vista social cuja finalidade é obter e fornecer uma visão dos números do Mercosul e, assim, verificar e visualizar os avanços propiciados pela integração, a fim de que os atores dessa integração (políticos, empresários, cidadãos) possam adquirir e formular melhores estratégias para solução de problemas enfrentados na integração. Já, do ponto de vista acadêmico, esta pesquisa contribui, através dos seus resultados, pela demonstração de como se dão as articulações político-econômicas, através da EPI em um processo de integração regional na atual conjuntura global.

2. Teoria da Economia Política Internacional

De acordo com o exposto anteriormente as relações internacionais hoje encontram-se atreladas ao campo econômico, e por isso os Estados não podem deixar de levar em consideração uma análise macroeconômica em suas decisões, mostrando o auge do capitalismo globalizado. Sob o signo dinâmico da globalização no sistema internacional surge a Economia Política Internacional, que enfoca o sistema internacional através da economia (mercado), o Estado (política) e a interação entre eles (Burnier, 2007).

I SIMPÓSIO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS SAN TIAGO DANTAS (UNESP, UNICAMP e PUC-SP)

12 a 14 de novembro de 2007

A Economia Política Internacional – EPI segundo Gonçalves (2005) origina-se da junção da Economia Internacional com a Política Internacional como um método de análise das relações internacionais concentrando-se nos temas de poder e riqueza. Gonçalves (2005, p.6) afirma que a EPI tem como objeto estudar o impacto da economia mundial de mercado sobre as relações dos Estados e as formas pelas quais os estados procuram influenciar as forças de mercado para sua própria vantagem.

A EPI tem sua base em três principais correntes positivistas, que dialogam sobre as relações entre mercado e Estado, mas que divergem sobre o papel do Estado, são elas; liberalismo, o marxismo e o nacionalismo.

No Pensamento Liberal, são postuladas idéias de livre comércio, democracia e regulação jurídica, como suficientemente capaz de garantir a prosperidade e a paz do mundo (Gonçalves, 2005, p.26). Através do comércio as relações econômicas entre os Estados trariam ganhos mútuos, pelas vantagens comparativas, contribuindo para a prosperidade geral evitando-se, assim, os conflitos que viriam em detrimento à cooperação e ao diálogo democrático para solucioná-los. No liberalismo o mercado surge de forma espontânea para satisfazer a necessidade humana, com a mínima de intervenção do Estado no mesmo. O liberalismo pode ser definido como um conjunto de princípios para organizar a economia de mercado, de modo a obter o máximo de eficiência, crescimento econômico e bem-estar individual (GILPIN, 2002).

O marxismo contribui para EPI, na discussão sócio-econômica das estruturas dos Estados, que afetam a competitividade dos mesmos, fator esse de grande importância para as negociações comerciais numa economia de mercado. A importância da análise no marxismo está nos fatores produtivos do modo de produção capitalista, afirmando que ao gerar crescimento e riqueza para o Estado, o sistema gera também pobreza e miséria para a população, devido ao distanciamento entre quem possui o controle dos fatores produtivos e daqueles que produzem (trabalhadores).

O nacionalismo surgiu durante a Revolução Francesa, através dos ideais burgueses, declarando lealdade à pátria e voltando-se contra a nobreza. O foco dessa corrente está na manutenção do poder, elemento que assegura a unidade política do Estado, defendendo sua primazia sobre o mercado alegando sua necessidade para o bem-estar da população em relação aos avanços do mercado.

12 a 14 de novembro de 2007

Segundo Gilpin (2002) mercado e capitalismo não se confundem, pois o capitalismo tem sua essência na propriedade privada e no trabalho livre, enquanto que no mercado o cerne está no papel exercido pelos preços relativos na tomada de decisões e alocação dos recursos. Isso pode gerar certa dependência entre os Estados, devido à divisão dos fatores de produção entre uma economia menor e outra maior, influenciando nos processos de abertura de setores da economia e afetando as negociações internacionais.

Com base nessas três correntes, a EPI surge tentando afrouxar as rígidas perspectivas que as mesmas têm nas relações entre mercado e Estado (Ituassú, 2007), facilitando assim o entendimento das relações entre o avanço do mercado através do livre comércio e o Estado pelas políticas externa numa economia de mercado, ou seja, os efeitos do livre comércio e os processos integracionistas. As teorias econômicas que abordam as relações de mercado e os efeitos gerados pela rivalidade no livre comércio, pecam por não levarem em consideração os fatores políticos e estruturais dos Estados, ou seja, têm um caráter prático. Já na EPI busca analisar como os estados agem no sentido de maximizar seu poder através da economia, garantindo assim sua sobrevivência.

Com vistas ao exposto sobre a base e o surgimento da Economia Política Internacional, a idéia desse trabalho é analisar o Mercosul, evidenciando esses elementos da EPI; o livre comércio e seus efeitos, a vulnerabilidade econômica, o bem-estar social e a dependência entre os membros, através dos números de seus indicadores sócio-econômicos.

3. Apresentação e Análise dos Dados

Este estudo tem como objetivo analisar as relações econômicas e políticas dos Estados membros do Mercosul, portanto a apresentação dos indicadores será feita de uma maneira resumida com dados obtidos desde antes da integração até o ano de 2005, tendo como fonte principal o relatório LC/BRS/R.159 da Cepal. O propósito seria a apresentação de uma série histórica anual, realizando assim uma apreciação estatística. Mas dadas as dificuldades de conseguir os dados necessários e a necessidade de objetividade do estudo, optou-se por uma apresentação dos dados obtidos nos períodos imediatamente antes da integração, em meados da década de 1990 e os referentes a 2005, realizando penas uma leitura sócio-econômica dos Membros.

I SIMPÓSIO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS SAN TIAGO DANTAS (UNESP, UNICAMP e PUC-SP)

12 a 14 de novembro de 2007

Dentre as dificuldades que fluem em um processo de integração, as disparidades entre os Estados interessados na adesão pode ser citada como uma das principais, já que a nova ordem econômica mundial exige a eliminação gradativa das diferenças econômico-sociais entre tais Estados para a viabilização dos diversos graus de integração. O quadro I apresenta um panorama geral sócio-econômico dos Membros antes do acordo.

Quadro I - Indicadores socioeconômicos do Mercosul antes da Integração 1989

Indicador	Unidade	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Mercosul
População	Milhões	ND	ND	ND	ND	ND
Área	Mil Km ²	2767	8512	407	177	11863
PIB	US\$ milhões	77.759	286.525	5.087	6.850	376.221
Saldo em c/c	US\$ milhões	ND	ND	ND	ND	ND
Exportação	US\$ milhões	8.972	32.874	1.098	1.404	44.348
Importação	US\$ milhões	4.906	14.688	1.029	1.112	21.735
Dívida Externa	US\$ milhões	59.000	113.300	2.002	6.330	180.632
Reservas Internacionais	US\$ milhões	5.155	9.140	336	1.603	16.234
PNB per capita PPC	US\$	2.390	2.020	990	2.190	ND
Crescimento Populacional	% 1986-1990	1,2	1,8	2,9	0,6	ND
Pop. Extrema pobreza	% Total	ND	ND	ND	ND	ND
Tx de desemprego urbano	Médias Anuais 1990	7,4	4,3	6,6	8,5	ND

Fonte: Cepal (apud Alves, Mercosul: Características Estruturais) e organizado pelo autor.

Como mostra o quadro I, são grandes as diferenças entre os Estados que compõem o bloco, mas o problema que os afetava era o mesmo, a instabilidade econômica provocada pela remessa líquida de capitais para cobrir os serviços da dívida externa via financiamento internacional.

Segundo Alves (2002, p.19) o que guiou o desempenho econômico dos países durante a década de 1980 foi a escassez de capital, as conseqüência da crise do petróleo e o aumento das taxas de juros, que dificultaram a possibilidade de obtenção de novos empréstimos e rolagem da dívida. Esse quadro econômico levou os Estados à adoção de políticas de ajustamento recessivas, que afetam profundamente a estrutura produtiva e o bem-estar social.

Segundo Baumann e Mussi (2006) a década de 1980 foi chamada de década perdida, marcada pela estagnação econômica dos Estados, o que prejudicou o mercado interno, diminuindo o poder aquisitivo, afetando as condições de vida das populações e enfraquecendo o mercado interno. A solução foi gerar divisas através das exportações, buscando reduzir ao máximo as importações (com a política comercial de substituição de importações), para poder cobrir os juros da dívida, mas que por outro lado ocasionou uma crise fiscal (já que nas exportações se arrecada menos), transformando-a numa crise estatal.

I SIMPÓSIO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS SAN TIAGO DANTAS (UNESP, UNICAMP e PUC-SP)

12 a 14 de novembro de 2007

Em síntese a década de 1980 resultou numa forte estagnação econômica e altas taxas de inflação, ocasionadas por políticas recessivas (ainda sob o reflexo dos governos ditatoriais) que tinham como objetivo único a solução do problema da dívida externa, afetando os investimentos e, por conseqüência, o desenvolvimento, levando os Estados a uma crise que provocou um estrangulamento econômico e social (Alves, 2002 p.34).

A crise externa dos Estados latinos constituiu a criação de planos³ internacionais no sentido de solucionar tal problema, mostrando a forte dependência da América Latina em relação aos sistemas internacionais, ainda mais agravada com o fim da guerra fria e da sua importância na aliança anticomunista.

Os planos desenvolvidos pelos órgãos internacionais impunham condicionalidades, seja pelo aumento do financiamento propondo políticas de ajustamento de curto prazo e reformas de cunhos liberais, ou pela acentuação da dívida, mas com imposições do FMI, ou ainda pela criação de uma área de livre comércio para as Américas (ALCA), que garantiria os investimentos estrangeiros em troca da abertura do mercado latino. Nota-se a clara manutenção dos laços de dependência através dos objetivos Neoliberais nos três planos. Ressalta-se também que se deve encarar a autonomia como uma maneira do Estado em formular suas políticas nacionais de acordo com as relações internacionais, o que não acontece na América Latina, que sofre forte influência das instituições internacionais. Essas condicionalidades impostas pelos planos internacionais, como afirma Alves (2002, p. 37), consiste no atrelamento dos países endividados aos interesses estrangeiros.

Com o cenário latino americano sob forte influência do capital estrangeiro, os Estados tiveram que buscar projetos de estabilização mais radicais aos seus sistemas protecionistas e a aderiram ao sistema de economia de mercado abrindo suas economias, mas ao contrário do que propunha George Bush em 1990 com a ALCA, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai assinaram, em 1991, o tratado de Assunção visando programar um Mercado Comum.

De acordo com Baumann e Mussi a década de 1990 corresponde a uma aceleração do processo de abertura unilateral e, também:

[...] momentos de internação de diversas crises no cenário internacional, a desequilíbrios nos preços relativos, a influxos extraordinários de investimento externo direto, à superposição entre as negociações sub-regionais e negociações ao nível hemisférico e multilateral [...](2006, p. 2)

³ Para um detalhamento dos planos ver Alves (1992 p. 36,37)

I SIMPÓSIO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS SAN TIAGO DANTAS (UNESP, UNICAMP e PUC-SP)

12 a 14 de novembro de 2007

O Mercosul nasce num ambiente de profunda mudança do sistema internacional, como o fim da guerra fria e da bipolaridade, o crescimento do comércio mundial, a interdependência mundial pelo fluxo de comércio, os avanços integracionistas da União Européia, etc. A vitória dos governos da direita neoliberal nos Estados, Collor (Brasil), Menen (Argentina), Lacalle (Uruguai) e Andres Rodriguez (Paraguai), propuseram através do Tratado de Assunção, a abertura de suas economias, a livre circulação dos fatores, estabelecimento da TEC, política comercial comum e a coordenação de políticas macroeconômicas.

Quadro III: Convergência Macroeconômica no Mercosul

	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
Estabilização	Desde 1993	Desde 1996	Desde 1996	Desde 1998
Inflação anual inferior a 10 % Exceto	2002 - 2003	2002	2002 e 2005	2002 - 2003
Sistema Cambial: Regime Flexível Paridade / Banda	Até 1990 1991 - 2001	Até 1994 1994 - 1999		1991 - 2002
Flutuação Livre	desde 2002	desde 1999	desde 1991	desde 2002
Superávit Comercial	2000 - 2005	2001 - 2005	País Deficitário	2002 - 2005
Superávit em transações Correntes	2002 - 2005	1992 - 1993 2003 - 2005	2002 -2004	2002
Dívida Pública / PIB				
Em 2004	116,3% (dez)	45,5% (dez)	25,5% (dez)	90,4% (jun)
Em 2005	54,2% (set)	42,9% (dez)	20,3% (dez)	

Fonte: Cepal (apud BAUMANN. MUSSI, Mercosul: Então e Agora)

De fato foi uma abertura brusca, porém necessária para solução da estagnação econômica da década de 1980 e dada a escassez de financiamento, segundo Martins e Carcanholo, os Estados buscaram com integração do Mercosul intensificar o comércio sub-regional (Quadro IV).

**Quadro IV: Exportação e Importações de Bens (FOB)
(US\$ bilhões correntes)**

Exportações	1990	1995	2000	2005
Argentina	12,3	21,1	26,4	40,1
Brasil	31,4	46,5	55,1	117,7
Paraguai	2,1	4,2	2,3	2,8
Uruguai	1,7	2,1	2,4	3,5
Importações	1990	1995	2000	2005
Argentina	3,7	18,8	23,8	27,7
Brasil	20,7	49,7	55,8	73,5
Paraguai	1,7	4,5	2,9	3,4
Uruguai	1,3	2,7	3,3	3,6
Saldo	1990	1995	2000	2005

I SIMPÓSIO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS SAN TIAGO DANTAS (UNESP, UNICAMP e PUC-SP)

12 a 14 de novembro de 2007

Argentina	8,6	2,3	2,6	12,4
Brasil	10,7	-3,2	-0,7	44,2
Paraguai	0,4	-0,3	-0,6	-0,6
Uruguai	0,4	-0,6	-0,9	-0,1

Fonte: CEPAL 2005.a (apud BAUMANN; MUSSI. MERCOSUL Então e Agora)

O Mercosul iniciou-se com a aproximação de Brasil e Argentina, através da proposta de uma integração econômica de setores estratégicos e resolução de assimetrias, ou seja, caso uma economia apresentasse um grande déficit, este seria suprido pelas importações do outro Estado (Martins; Carcanholo). O bloco foi utilizado como uma ferramenta para suprir as diferenças de produtividade da região em relação aos grandes centros.

As assimetrias sócio-econômicas em que se encontravam os países (Quadro VI) após a assinatura do Tratado de Assunção dificultaram a coordenação das políticas macroeconômicas que, aliadas à vulnerabilidade externa das economias oriundas das estratégias neoliberais de financiamento, privatizações e abertura brusca de seus mercados, ocasionou aos Estados novamente um endividamento externo devido à reprimarização das exportações (Martins e Carcanholo).

Apesar do crescimento comercial entre os blocos (conseqüência da abertura e das retiradas das tarifas entre os Estados) o problema do endividamento externo continuou assombrando as economias sub-regionais que equivaliam a mais de 30% do PIB, aumentando a taxa de desemprego e causando sérios reflexos no bem estar social também ocasionado pelas políticas de estabilização dos Estados.

Quadro IV: Indicadores socioeconômicos do Mercosul – 1995

Indicador	Unidade	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Mercosul
População	Milhões	34,7	159,2	4,8	3,2	201,9
Área	Mil Km ²	2.767	8.512	407	177	11.863
PIB	US\$ milhões	281.060	688.085	7.743	17.847	994.735
Saldo em c/c	US\$ milhões	-2.300	-18.136	-1.473	2.401	-19.508
Exportação	US\$ milhões	23.811	47.762	1.043	1.761	74.377
Importação	US\$ milhões	23.762	56.947	2.850	2.394	85.953
Dívida Externa	US\$ milhões	89.747	159.130	2.288	5.307	256.472
Reservas Internacionais	US\$ milhões	15.979	51.477	1.040	1.813	70.309
PNB per capita PPC	US\$	8.310	5.400	3.650	6.630	23.990
Crescimento Populacional	% 1990-95	1,3	1,5	2,7	0,6	

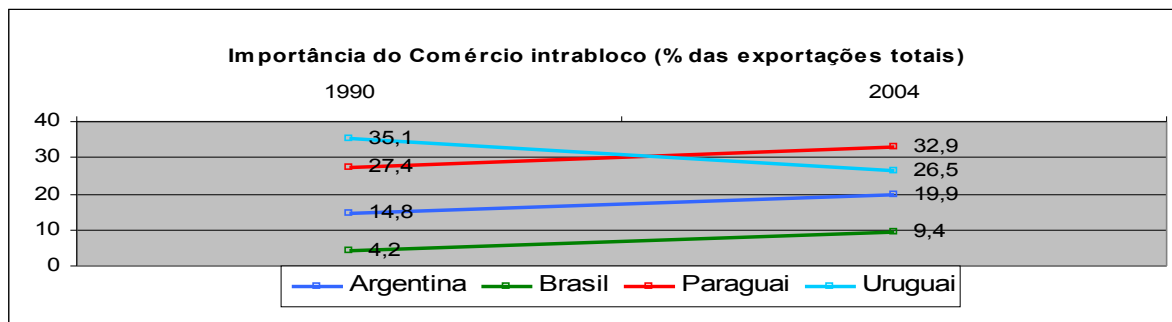
I SIMPÓSIO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS SAN TIAGO DANTAS (UNESP, UNICAMP e PUC-SP)

12 a 14 de novembro de 2007

Pop. Extrema pobreza	% Total 1990	8,2	23,4	35,0	3,4	
Tx. de desemprego urbano	Médias Anuais 2000	15,1	7,1	10	13,6	

Fonte: Cepal; BIRD; FAO (apud Carvalho; Silva. Economia Internacional), dados organizados pelo autor.

Destaca-se nesse contexto a influencia dos EUA nas políticas latino americanas. Segundo Onuki (2002, p.1) a supremacia americana destacava a dimensão econômica do continente sul-americano em detrimento à eliminação da pobreza e/ou problemas ambientais. Mostrando que a política externa americana influencia a formulação e as prioridades das políticas da região do cone sul. Como no caso da Argentina, cuja política externa do governo Menem, na primeira metade da década de 1990, buscava uma adaptação imposta pela superpotência dos EUA, já que o país encontrava-se dependente, vulnerável e com pouco prestígio estratégico no cenário internacional (Onuki, 2002). No Brasil a crise do governo Collor e a transição para a era FHC, também foi marcada por uma política que defendia interesses de uma minoria de direita que também era caracterizada pelas especulações de capital estrangeiro. Essa trajetória política por parte dos dois principais membros do bloco, acabou levando os países a uma crise e a uma falta de credibilidade na integração por parte dos outros dois sócios, pois até então, a integração só tinha favorecido aos sócios plenos (em termos de crescimento) como mostra o gráfico abaixo.

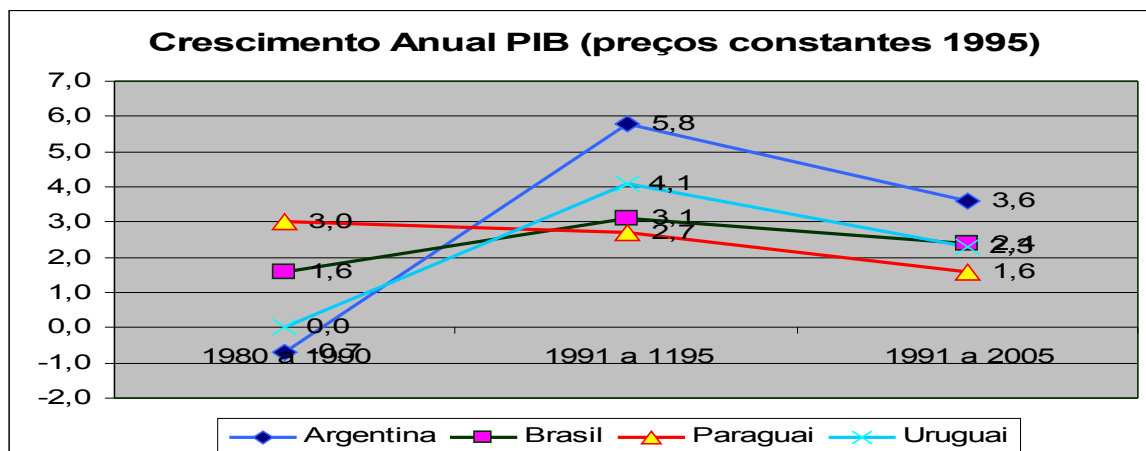


Fonte: CEPAL 2005.a (apud BAUMANN; MUSSI. MERCOSUL Então e Agora)

A integração Mercosul se tornou então apenas um paliativo, ou como afirmou (More, 2002) um modismo global, para as economias dos sócios maiores. A falta de prioridade da integração na formulação das políticas internacionais acabou gerando insatisfação por parte dos sócios menores, como exemplifica a ameaça do Uruguai em deixar o bloco e/ou realizar um acordo bilateral com os EUA.

O Mercosul proporcionou inicialmente um grande atrativo para o desenvolvimento das economias dos Estados membros, mas a falta de coerência nas políticas dos mesmos acabou afetando o crescimento do PIB na segunda metade da década de 1990.

12 a 14 de novembro de 2007



Fonte: CEPAL 2005.a (apud BAUMANN; MUSSI. MERCOSUL Então e Agora). Gráfico elaborado pelo autor.

Após a crise enfrentada pelo bloco e a falta de uma agenda concreta ou mesmo de uma instituição supranacional que conduzisse as negociações rumo a um Mercado Comum, o Mercosul iniciou uma nova etapa intitulada, segundo Onuki (2002, p.7), “relançamento”, através de um progresso nas negociações entre Brasil e Argentina.

Com a vitória dos governos de esquerda nas duas principais economias, o Mercosul e a integração Latino Americana entrou na pauta de discurso das agendas dos Estados. Mas novamente problemas políticos afetavam as negociações do mercado comum, como a recessão e a instabilidade política na Argentina, a insatisfação dos sócios menores e a política cambial brasileira, além (ou principalmente) da influência política dos EUA e da ALCA.

A desvalorização cambial brasileira afetou o comércio intrabloco, diminuindo suas importações, deflagrando ainda mais a necessidade de se diminuir as assimetrias do bloco e fortalecer os sócios menores. A falta de governabilidade na Argentina enfraqueceu o andamento da política externa para a região.

O importante a destacar, agora, é a pressão norte-americana em implantar a ALCA. Segundo Onuki (2002, p.8) a pressão externa vem a ser o fator mais poderoso à vida do Mercosul. O bloco tem conseguido superar suas disparidades e continuar seguindo nas discussões rumo ao Mercado Comum. O quadro VII mostra os números do Mercosul após a crise do final da década de 1990 até o período atual.

Quadro V: Indicadores socioeconômicos do Mercosul - 2005

Indicador	Unidade	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Mercosul
-----------	---------	-----------	--------	----------	---------	----------

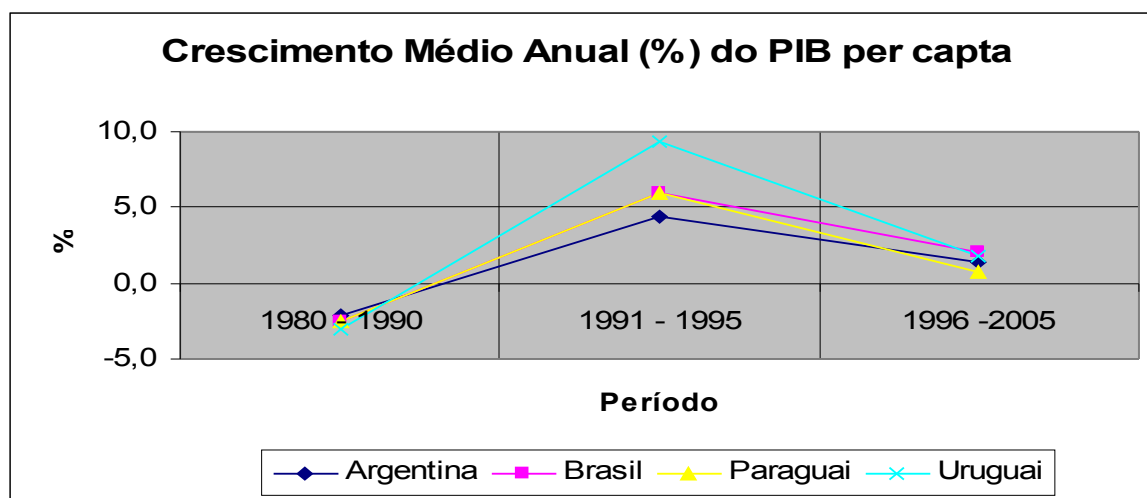
I SIMPÓSIO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS SAN TIAGO DANTAS (UNESP, UNICAMP e PUC-SP)

12 a 14 de novembro de 2007

População	Milhões	39,53	188	6	3,4	237,23
Área	Mil Km ²	2.767	8.512	407	177	11.863
PIB PPP	US\$ bilhões	483,5	1.493.000	29,9	49.270	1.542.270
Saldo em c/c	US\$ milhões	5.473	8.000	-36.110	181.800	159.163
Exportação	US\$ bilhões	33.780	95.000	2.936	2.200	133.916
Importação	US\$ bilhões	22.060	61.000	3.330	2.071	88.461
Divida Externa	US\$ bilhões	157.700	219.800	3.239	12.800	393.539
Reservas Internacionais	US\$ milhões	19.470	52.940	1.164	2.362	75.936
PNB per capita PPC	US\$	4.991	4.323	1.142	4.941	6.501
IDH	%	0,863	0,804	0,757	0,851	0,809
Crescimento Populacional	% 2000-2005	0,90	1,06	2,60	0,46	
Pop. Extrema pobreza	% Total 2004	16,9	14,2	33,2	1,9	
Tx de desemprego urbano	Médias Anuais 2005	11,6	9,9	10,1	12,1	

Fonte: Bancos Centrais: Argentina, Brasil, Paraguay e Uruguay, IBGE, INE, Banco Mundial, Indec, OMC, The World Factbook. Dados organizados pelo Autor.

O PIB dos países voltou a crescer após a crise, apesar de um crescimento menor agora, e as contas econômicas apresentam saldo positivo (a exceção do Paraguai, tradicionalmente deficitário) em conta corrente. Mesma trajetória tem o *PIB per capita* como apresenta o gráfico abaixo.



Fonte: CEPAL 2005.a (apud BAUMANN; MUSSI. MERCOSUL Então e Agora). Gráfico elaborado pelo autor.

A plataforma política apresentada pelo novo governo brasileiro, eleito em 2002, enfatizava o crescimento econômico, a equidade e a inclusão social, mas a adversidade externa em relação ao novo governo de esquerda no país causou certa dúvida quanto à instabilidade do governo brasileiro, que passou assim a dar maior atenção à credibilidade externa do país. Nesse sentido o Estado brasileiro adotou uma política de ajustamento externo, financiada pelo crescimento das exportações e pelo investimento estrangeiro, como

I SIMPÓSIO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS SAN TIAGO DANTAS (UNESP, UNICAMP e PUC-SP)

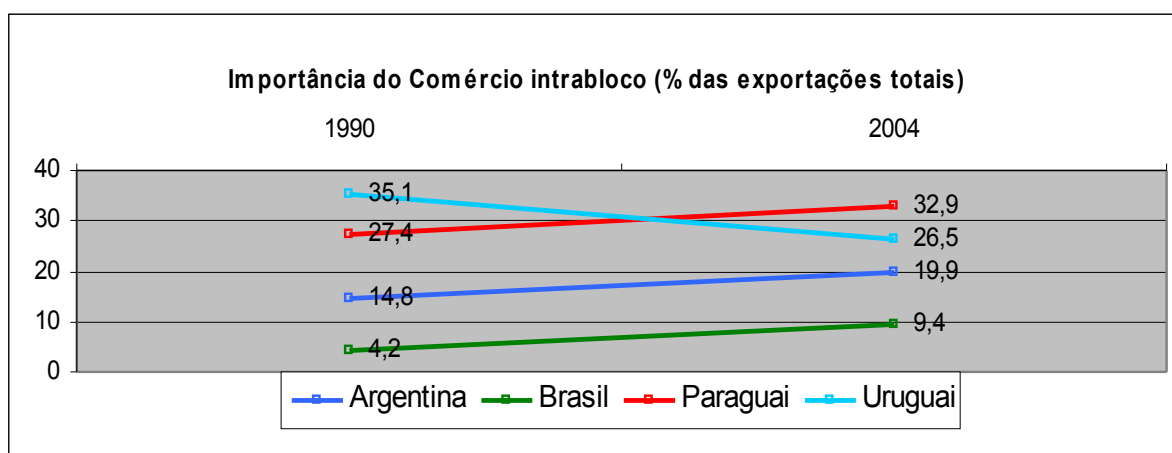
12 a 14 de novembro de 2007

pode-se visualizar através dos quadros I, IV e V observando o aumento das reservas internacionais.

A crise Argentina do final da década de 1990, resultado da política monetária de paridade com a moeda americana do governo Menem, foi fator preponderante na perda de credibilidade do Mercosul. Mas a partir de 2002 a economia argentina tem experimentado fortes crescimentos e superávits comerciais, que têm contribuído para os ajustes das contas econômicas após a derrocada da dolarização de Domingos Cavallo. A política atual do governo argentino está procurando se solidificar através de um crescimento econômico sustentável, eqüitativo e impulsionado pelo setor privado.

O governo paraguaio também vem concentrando esforços na estabilização e na recuperação das instituições públicas, no sentido de resolver os problemas da informalidade e da corrupção. O Paraguai não tem apresentado bons resultados no crescimento econômico nesses quinze anos, ou seja, a integração parece não ter apresentado reflexos positivos na economia do Estado.

O Uruguai teve uma trajetória parecida com a Argentina desde os anos 1990, no que tange ao desempenho econômico do Estado. Mas ao contrário do vizinho, não experimentou o aumento das exportações intrabloco, como mostra o gráfico abaixo, foi o único país a apresentar queda nas exportações no comércio entre os países do bloco.



Fonte: CEPAL 2005.a (apud BAUMANN; MUSSI. MERCOSUL Então e Agora). Gráfico elaborado pelo autor.

Isso explica a insatisfação dos dois sócios “menores” com a relação à integração econômica na região. Com relação ao desenvolvimento social, verifica-se que nenhum dos países tem apresentado grandes avanços se compararmos ao econômico, já que o

12 a 14 de novembro de 2007

PIB dos Estados tem voltado a crescer após a crise, basta um olhar sobre as taxas de desemprego, para se verificar o aumento substancial nos anos 1990 e a fraca recuperação até o ano de 2005. O percentual de população em extrema pobreza só tem apresentado melhorias substanciais no Brasil, a exceção da Argentina que apresentou um aumento, Paraguai e Uruguai apenas apresentaram pequenas quedas.

No terreno político, a integração tem esbarrado na falta de reciprocidade principalmente entre Brasil e Argentina. Segundo Jorge (2005) os Estados não têm (ou não estão predispostos) conseguido resolver problemas políticos, econômicos e estratégicos que tanto atrasam o processo de integração do bloco. O autor enfatiza em Artigo de sua autoria, que as duas principais economias do bloco estão procurando defender os interesses setoriais de suas economias.

Segundo Baumann; Mussi (2006, p. 25) nesses quinze anos de Mercosul aumentaram consideravelmente as relações econômicas entre os sócios e o resto do mundo, mas o grau de abertura das economias maiores tem dificultado o andamento das discussões comerciais e isso afeta o coeficiente de abertura do bloco, ressaltando ainda, que a política comercial vem sendo exercida na prática, segundo interesses locais e de maneira isolada.

4. Conclusão

Conclui-se do acima exposto, que a integração tem propiciado, através do aumento dos fluxos comerciais, um incremento à economia dos sócios, no entanto, apenas nos períodos iniciais, os sócios menores sentiram esses ganhos, após a crise, apenas as duas principais economias do bloco têm se beneficiado.

Os Estados aderiram ao processo de abertura comercial nos anos 1990, adotaram a integração para resolução de problemas econômicos, que refletiriam em melhoras sociais. Apesar do aumento dos fluxos comerciais intrabloco, os Estados não têm conseguido diminuir a assimetria existente, pela falta de formulação de políticas conjuntas que encarem os problemas de uma forma regional e não isoladamente.

Os Estados buscam prestígio no cenário internacional, com políticas econômicas isoladas, e não utilizam o Mercosul como um grande ativo nas negociações internacionais.

I SIMPÓSIO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS SAN TIAGO DANTAS (UNESP, UNICAMP e PUC-SP)

12 a 14 de novembro de 2007

A falta de credibilidade de alguns atores (sociedade e empresas) no bloco pode ser explicada pela falta de participação dos próprios atores, tanto da sociedade quanto de empresas. Ao invés de os Estados usarem o Mercosul para fortalecerem suas empresas e competirem no cenário internacional, preferem adotar políticas protecionistas, maximizando sua força econômica para garantir seu poder na região e não a olhando como um potencial nas relações com o resto do mundo.

O Mercosul não tem conseguido aliar a capacidade produtiva da economia dos sócios com a formulação de uma política econômica internacional conjunta que conduza o bloco à consolidação e assim à uma sensação real de bem-estar social e que apresenta uma grande vulnerabilidade externa apesar do que Gonçalves (2005, p.11) de Hiato de Poder, ou seja, possui um grande poder potencial mas pouco poder efetivo.

Do exposto pode-se afirmar que a liberalização por si só não traz ganhos aos Estados, esta tem que estar associada a políticas supranacionais, formuladas e acompanhadas pelos atores (sociedade, empresa e governos, como na União Européia) que no caso do Mercosul tem sido um problema, pelo nacionalismo exacerbado, podendo ser citada, também, a falta de uma instituição supranacional que participe e conduza essas negociações.

5. Bibliografia

ALVES, Janine da Silva. *MERCOSUL: Características estruturais de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1992.

AVERBUG, Marcelo. Mercosul: Expectativas e Realidade. In: *Revista do BNDS*, n. 17. Junho de 2002.

BAUMANN, Renato; MUSSI, Carlos. *Mercosul: Então e Agora ?*. LC/BRS/R.159. CEPAL Escritório no Brasil. Maio de 2006.

BÊRNI, Duílio de Ávila. A marcha do Mercosul e a marca da globalização. *Revista de Indicadores Econômicos FEE*, v. 29, n. 1, 10 Anos de Mercosul. Porto Alegre, Junho de 2001.

BURNIER, Miguel. *Debate Interparagmático das Relações Internacionais*. Artigo. Disponível em www.puc-rio.br/sobepuc/dptodireito/pet_jur/mebrelint. Acessado em 10/06/2007.

I SIMPÓSIO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS SAN TIAGO DANTAS (UNESP, UNICAMP e PUC-SP)

12 a 14 de novembro de 2007

CARVALHO, Maria Auxiliadora de; SILVA, César Roberto Leite da. *Economia Internacional*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

FIGUEIRAS, Marcos Simão. *Mercosul no Contexto Latino Americano*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GILPIN, Robert. *A Economia Política das Relações Internacionais*. Brasília: UNB, 2002.

GONÇALVES, Reinaldo. *Economia Política Internacional – Fundamentos Teóricos e as Relações Internacionais*. São Paulo: Campus, 2006.

GONÇALVES, Williams. *Relações Internacionais*. Artigo. UFRGS, 2005.

JORGE, Miguel. 1º Espaço Aberto-Menos conflitos, mais Mercosul. In: *O Estado de São Paulo*, 02/06/2005.

MARTINS, Carlos Eduardo; CARCANHOLO, Marcelo Dias. *Origem e Características do Mercosul: Vulnerabilidades de suas Principais Economias e Perspectivas de uma Integração Latino-Americana Soberana*. Artigo. UFU, Disponível em: <www.redem.buap.mx/word/martins6.doc>. Acesso em: 20 jul. 2007.

MORE, Rodrigo Fernandes. Integração econômica internacional . *Jus Navigandi*, Teresina, ano 6, n. 59, out. 2002. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3307>>. Acesso em: 15 mar. 2007

MEDEIROS, Marcelo de A. Um Exercício Comparativo entre a União Européia e o Mercosul. *Revista de Ciências Sociais*, Departamento de Sociologia, Ano XV / n. 20, jun. 2002.

ONUKI, Jnina. *O Mercosul e a Incoerência da Política Externa Argentina*. Artigo. Departamento de Ciência Política – USP, 2002.

SIMONSEN ASSOCIADOS. *MERCOSUL: o desafio do marketing de integração*. São Paulo: Makron Books, 1992.

ITUASSU, Arthur. *Epistemologia, Relações Internacionais e Economia Política Internacionais*. Artigo. Disponível em www.puc-ituassu.com.br. Acessado em 07/07/2007.

VALENCIA. La dimensión política de los procesos de integración al y subregional. São Paulo: Paloma, 1998. *Revista de Ciências Sociais*, Departamento de Sociologia Ano XV / n. 20, jun., 2002.

Sites Consultados:

www.indexmundi.com

I SIMPÓSIO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS SAN TIAGO DANTAS (UNESP, UNICAMP e PUC-SP)

12 a 14 de novembro de 2007

www.worldbank.com

www.mercosur.com.uy